

# Meira valoriza servidor público

O candidato a senador Meira Filho (PMDB) disse ontem que uma das principais preocupações dos constituintes a serem eleitos em 15 de novembro deverá ser com a situação do funcionalismo público em todo o País, principalmente em Brasília, onde as condições de vida desse segmento importante da população são precárias. "Vivendo com baixíssimos salários, o servidor público não recebe, por exemplo, o benefício do 13º salário e tem medo de se aposentar, pois, nesse caso, corre o perigo de ir morar debaixo da ponte", afirmou o candidato.

— Dia desses, um homem se aproximou de mim e pediu-me que, uma vez no Senado, olhasse a situação do aposentado. Esse homem, depois de 35 anos de serviço num ministério, recebe uma pensão de 1.700 cruzados. Não preciso dizer que, numa situação destas, ninguém pode viver.

Meira Filho acha que o Governo Federal deve apressar a Reforma Administrativa, garantindo imediatamente formas de ascensão funcional para os servidores de nível médio, que são os mais prejudicados. "A Reforma Administrativa é tão importante

quanto o Plano Cruzado para a reorganização da economia do País. Sem a reorganização dos serviços públicos, com a valorização do servidor, o Governo continuará de mãos atadas, pois, nesse caso, ele, Governo, é que não conseguirá funcionar", advertiu Meira Filho.

Outro problema enfrentado pelo servidor público é o da moradia, que não lhe é garantida. Assim, esse servidor não se sente um cidadão brasiliense, já que não lhe é assegurado o direito à propriedade de uma casa, um apartamento. Para solucionar esse problema, sugere Meira Filho que o Governo ponha à venda, em favor dos próprios moradores que são servidores públicos, cerca de 18 mil imóveis funcionais, incluindo os das estatais. Só ficariam de fora cerca de 3 mil, que estão sub judice.

— Com a venda desses imóveis, o Governo arrecadaria entre 8 e 10 bilhões de cruzados, além de economizar 5 milhões de cruzados mensais com a sua manutenção, que aliás é bastante precária. A venda seria financiada pelo Governo, com as mensalidades descontadas na folha de pagamentos — afirmou.